

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: A ALFABETIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Gabriela Teles Meira Cruz ¹

RESUMO

Na contemporaneidade, as Políticas Públicas de Educação têm sido bastante discutidas, principalmente as que estão ligadas a formação docente e ao processo de alfabetização, pois a escola como espaço de aprimoramento do conhecimento, vem passando por muitas transformações que afetam todo o seu contexto e, refletir acerca dos processos do ensino-aprendizagem em tempos modernos e os entraves que impedem a melhoria da qualidade da educação brasileira, pode contribuir para perceber algumas questões que necessitam de ações mais relevantes para serem implantadas nas escolas. Com as políticas públicas de educação, algumas possibilidades de projetos e programas voltados para minimizar os problemas detectados no contexto escolar vem sendo uma das alternativas na tentativa de solucioná-los. Neste sentido, este estudo bibliográfico buscou levantar alguns questionamentos sobre os obstáculos presentes nas escolas brasileiras, discutindo a partir do contexto histórico, a importância que a implantação de políticas públicas efetivas pode trazer para a resolução de problemas existenciais âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização. Políticas Públicas da Educação. Formação Docente.

INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas da Educação têm ganhado destaque no cenário atual da educação, a necessidade de sua implantação para solucionar os problemas que as escolas brasileiras vêm enfrentando, provocou algumas discussões a respeito da sua efetiva contribuição. Sabemos que a educação brasileira desde de seu início, com os jesuítas, sempre apresentou falhas no ensino-aprendizado, a educação serviu a interesses diversos, foi pensada e executada para dominação de povos nativos, foi instrumento de exclusão, pois atendia aos filhos homens da elite, excluindo mulheres e escravos.

A educação em outro momento foi proposta para atender a indústria, instrumentalizando por meio da formação técnica, os indivíduos para atender aos interesses do mercado, também foi proposta para formar sujeitos de acordo os ideais neoliberais. A todo momento, percebemos que a educação no Brasil sempre está ligada aos processos de transformação que a sociedade

¹ Mestra e doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Interamericana – Assunção/PY (2018). Graduada em Letras Vernácula com especialidade em Linguística e Literatura Portuguesa pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Especialista nas áreas de Psicopedagogia Clínica/Institucional pelo Centro Educacional Evangélico Líber – C.E.E.L. e Faculdade Católica de Anápolis - F.C.A. e de Gestão Educacional pela Faculdade Batista Brasileira – FBB. Email gabi.tmeira@hotmail.com

passa, a escola é peça fundamental no contexto social, pois a partir da educação, muitos sujeitos podem transformar a realidade em que se encontra.

No entanto, a educação que ofertamos em grande parte das escolas brasileiras, apresentam dificuldades para cumprir seu papel na formação dos sujeitos. Alguns entraves na alfabetização inicial vêm comprometendo a aprendizagem dos alunos, que mesmo tendo o acesso garantido, acabam por muitas vezes sendo reprovados ou até mesmo evadidos. Com dados fornecidos por pesquisas como o Indicador de analfabetismo funcional (Inaf), a Prova Brasil e o Indicador de Desenvolvimento da Educação Brasileira (Ideb) dentre outras, os resultados apontam para a necessidade de investirmos na formação inicial dos alunos e na formação docente.

Diante disso, com os resultados das pesquisas, as políticas públicas da educação têm sido foco de muitas discussões, pois a partir dos problemas já detectados pelos instrumentos avaliativos do Ministério da Educação, voltadas para a educação e pelos próprios atores que estão envolvidos no processo educativo, investir em políticas públicas para atender a tais necessidades, podem contribuir para melhorar a qualidade da educação ofertada hoje pelas escolas públicas de todo o país. Sabemos que muitos investimentos têm sido empregados na tentativa de transformar a realidade atual das escolas públicas, mas nem sempre os investimentos são colocados em práticas significativas para atender de fato aos problemas existenciais.

Podemos destacar que a alfabetização no período certo, que atende do 1º ano ao 3º ano do ensino fundamental I vem sendo avaliada, por meio das avaliações externas, os resultados demonstram que grande parte das práticas pedagógicas presentes nas escolas públicas apresentam falhas no processo ensino-aprendizagem. Decorrente dessa situação, é pertinente destacarmos que a formação docente também é parte fundamental no processo de alfabetização, pois, os professores e suas práticas conduzem o trabalho educativos em todos os setores das instituições de ensino, que compreende a formação do alunado. Assim, repensar a prática docente a partir da formação docente é uma proposta pertinente para as políticas públicas de educação.

Neste sentido, o trabalho está trazendo algumas discussões que se inicia com o contexto histórico, de maneira breve, apresentamos algumas questões referentes ao processo inicial da educação no Brasil com suas limitações e transformações ao longo dos tempos. Salientando, os documentos legais que favoreceram melhorias para a implantação de uma educação com acesso gratuito e obrigatório. No presente texto, também trazemos algumas das ações elaboradas a partir de políticas públicas da educação, pois a educação tem como meta melhorar sua

qualidade, para ofertar um ensino-aprendizado digno para todos os cidadãos, dentre outras discussões.

Contudo, partindo dessa perspectiva, buscamos discutir sobre a formação docente e a alfabetização na idade certa, bem como a política de ampliação do ensino fundamental e suas implicações, partindo de estudos de teóricos das diversas áreas da educação, bem como enfocando a necessidade implantação e condução de políticas públicas mais efetivas para a melhoria da educação brasileira.

1 UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação no Brasil vem sendo tema de muitas discussões entre os estudiosos da área de educação e de outras áreas, pois, para compreender acerca dos processos em que se propõe o ensino-aprendizado, em especial da alfabetização nos espaços escolares é pertinente um olhar acerca da educação em seus diferentes contextos. Neste sentido, é relevante discutir acerca da educação desde seu início, com a colonização, pois os princípios norteadores de dominação e poder, se inicia com a chegada dos Jesuítas, com propósitos de evangelizar os povos indígenas, como mecanismo de controle dos indivíduos, o ensino se apresenta como instrumento de doutrinação dos povos nativos. Como destaca Jélvez (2011) “Os jesuítas dedicaram-se, a fim de aculturação, ao trabalho educacional e à pregação da fé. Nesse exercício, os padres nem sempre eram recebidos com total cordialidade pelos nativos, que resistiam em certos pontos, resistência essa que não dura muito.” (p. 58).

Nesse mesmo período, além dos povos indígenas, os jesuítas, também ensinavam os filhos dos colonos e filhos de escravos, com vista a catequização, o ensino, durante esse período não tinha uma função já estabelecida acerca da aprendizagem da leitura e da escrita, pois como era de caráter religioso e subserviência, com fins a dominação dos povos indígenas, não havia necessidades de um ensino mais preciso para a alfabetização.

O caráter educacional neste período não apresentava abordagens alfabetizadoras, tinha propósitos perversos como destacamos anteriormente, era oferecida para a submissão, para a dominação daqueles que habitavam as terras brasileiras, pois, “Ninguém ignora qual tenha sido a parte dos missionários na obra de penetração ocidental entre os povos mais primitivos. São eles que formam na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais”. (PRADO JÚNIOR, 2012, p. 25 In. SILVA, 2015, p. 05).

Diante disso, podemos perceber que a educação brasileira desde sua fase inicial e tímida implantação, não houve uma preocupação em conduzir práticas pedagógicas para uma

aprendizagem das habilidades e das competências que perpassam o ensino da alfabetização. Ainda neste período, podemos salientar que o investimento financeiro ainda era muito precário, não havia arrecadações de recursos para implantação de ações ou políticas educacionais, o que havia eram apenas um pequeno melhoramento na condução do ensino. Assim, podemos destacar que a sociedade da época em sua grande maioria estava situada na zona rural e que devido à dificuldade de ingresso em escolas, já que eram raras, muitas crianças permaneciam sem escolarização, e a população era em sua maioria analfabeta, já que não precisavam de estudos para exercerem suas atividades cotidianas que envolvia a agricultura e manejo de animais.

A própria localização contribuía para que os sujeitos não tivessem acesso à educação, como podemos salientar, o ingresso nas escolas já tinha um caráter excludente, uma vez que, as pessoas que estavam localizadas na zona rural, não tinha como frequentar a escola, pois, o trabalho não permitia tal processo e os que habitavam os espaços urbanos, também precisavam trabalhar para a manutenção da família, aumentando a população analfabeta entre os colonos e colonizados. Assim, a educação passava pelo viés de dominação de poder, já que atendia em sua maioria só aos filhos da elite vigente. Como destaca Piletti (1997), “a principal preocupação do governo, no que diz respeito à educação, era a formação da elite dirigente, objetivo que levou a concentrar seus esforços no ensino secundário e superior.” (p. 147)

Diante disso, podemos salientar que o contexto histórico da educação brasileira, desde o período Colonial à independência e do Império à República, a educação não apresentou em suas propostas, nenhuma preocupação em ofertar um ensino para todos, mesmo que em alguns momentos, houvesse recursos do estado, ela só estava disponível para uma minoria da parcela populacional brasileira. Há falta de preocupação com a população menos favorecida, no que diz respeito a educação, contribuiu para que o analfabetismo aumentasse desordenadamente, o que provocou, uma situação de vulnerabilidade social e de marginalização dos indivíduos, pois com pouco conhecimento ou sem nenhum, as pessoas eram mais fáceis de serem controladas.

Neste período, a população mais favorecida economicamente não sentia a necessidade de implantação de escolas para atender ao sistema produtivo, haja vista que grande parcela da população era composta pela classe trabalhadora e pelos escravos, que exerciam o trabalho domésticos e agrícolas, a mão de obra era barata e não era necessário qualquer tipo de instrução escolar. Os escravos, por exemplo, a educação oferecida era apenas as instruções para o trabalho, sendo adestrados como animais, ao exercício diário de todas as atividades na fazenda sob o comando de feitores com uso da violência física. Foi um período marcado por compor um grande contingente da população analfabeta ou com uma alfabetização rudimentar, uma vez

que, devido não frequentarem as escolas, seus conhecimentos eram superficiais em relação a leitura e a escrita.

Com a Constituição de 1824, a educação brasileira sofre algumas alterações, no artigo 179, inciso “XXXII - A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos.” (BRASIL, 2001, p. 113), com a lei, o ensino gratuito seria uma possibilidade das classes trabalhadoras terem o acesso à educação, no entanto, o que podemos perceber é que garantir o acesso, não significava garantir a permanência, pois os sujeitos precisavam trabalhar para o sustento familiar e, a quantidade de escolas nas proximidades rurais também não atendia a quantidade efetiva da população, todos esses problemas eram entraves que a educação enfrentava e que impedia avanços e melhorias.

A educação no país ganha um novo sentido, logo após a Primeira Guerra Mundial e com a revolução Industrial no Brasil, principalmente, devido à pressão ao governo por parte dos operários, que provocou alguns conflitos e que gerou movimentos políticos e culturais. Nesse momento havia uma exigência acerca de uma educação acadêmica para todos, no entanto, o que se tinham neste período, era uma educação como propostas de uma Educação para o trabalho, uma vez que, as classes trabalhadoras precisavam de um ensino do ofício que iriam exercer nos centros industriais, a qualidade do ensino ainda era precária, sem atender as necessidades de aprendizagens, passando a ser mecanismo de condução do sujeito a habilidades para atuação no mercado trabalhista industrial. Novamente, a educação se sujeita aos fins de um grupo social, a classe dominante, que continuava sendo a mantenedora dos processos que conduzem a educação e usufruir das vantagens que dela podia conseguir.

Vale ressaltar, que até este período, o índice de pessoas analfabetas ainda era muito grande, os investimentos em métodos e currículos específicos para o ensino da leitura e da escrita para a classes populares, não são vistos como necessários. Outro fator que dificultou o processo de alfabetização dos sujeitos, remete a educação primária, a etapa voltada para o ensino da leitura e da escrita, que estava a cargo das províncias, com pouco para investir e sem recursos, para implantar outras escolas, bem como instrumentalizar os professores como materiais adequados a alfabetização dos alunos, comprometia todo o processo educativo.

A criação de um sistema nacional de ensino primário demandava administração, formação de professores, construção de escolas etc. Todas essas condições, necessárias ao funcionamento de uma rede nacional de ensino primário, requeriam investimentos que a coroa não cogitava realizar, pois a finalidade do ensino estava focada na formação superior.” (JÉLVEZ, 2011, p. 73)

A divisão da educação até esse período não foi satisfatória para melhoria do ensino-aprendizado, já que os recursos não eram investidos de modo igual, não há como negar que a má distribuição orçamentária, também colaborou para que a educação fracassasse, mas, o desinteresse dos governantes em organizar o ensino e oferecer o acesso, também foi fator preponderante para que o contexto histórico da educação apresentasse tantos problemas, no que diz respeito a qualidade do ensino. A educação foi marcada por diversas transformações, sempre atendendo aos anseios econômicos-sociais e a população menos favorecida não usufruiu com dignidade de uma educação, comprometendo a formação intelectual dos sujeitos.

Nesta medida, podemos destacar que na década de 30, com o governo do presidente Getúlio Vargas, os movimentos dos intelectuais, com pensamentos do ideário escolanovista ou Escola Nova, na qual a educação era pensada, como instrumento de democratização do ensino e igualdade de oportunidades, tendo em vista uma aprendizagem como eixo norteador a experiência de vida, a educação passa a ser vista sob outra ótica. Ferrari (2008) destaca que a escola nova é o ideário do pensamento de John Dewey, um filósofo norte-americano, que defendia as ideias acerca da democracia e liberdade para a maturação do intelectual e emocional da criança, a experiência do dia a dia para o aprendizado da vida, ideais que contribuíram para que se construíssem novas possibilidades de aprendizagens.

Outra melhoria educacional ocorre com a Constituição de 1934, que propõe que o ensino comece a ser obrigatório, um novo olhar sobre a educação brasileira, foi um avanço, no que diz respeito, ao direito à educação. No artigo 149 “A educação é direito de todos” e no artigo 5, inciso XIV, já trata acerca da responsabilidade da União em trazer as diretrizes da educação nacional. É um salto bem significativo em termos de leis, mas que não trazem efeito imediatos para os problemas já existenciais, no que diz respeito ao ensino, pois ainda são questões em debates para projeção de planejamento educacional que atendesse ao ensino público.

De acordo com Libâneo (2011, p. 143),

Entre 1930 e 1937, o debate político incorporava diferentes projetos educacionais. Os liberais, que preconizavam o desenvolvimento urbano-industrial em bases democráticas, desejavam mudanças qualitativas e quantitativas na rede de ensino público, ao proporem a escola única fundamentada nos princípios de laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação. (LIBÂNEO, 2011, p. 143).

Com a Constituição Federal, o governo passa a ter um novo olhar acerca da educação, assumindo algumas atribuições para reorganizar o sistema educacional, a função de integração e planejamento global da educação, com o Plano Nacional de Educação (PNE), a União passa a ser o órgão responsável por garantir sua execução em todo o território brasileiro. No que diz

respeito a função normativa, foi traçada as diretrizes da educação nacional, para atender todos os níveis de ensino e abrangente a todo o país. Com a função supletiva de estímulo e assistência técnica, buscou-se contribuir para atender aos lugares que tivessem deficiência de iniciativas e de recursos para tentar minimizar as discrepâncias na distribuição de recursos e na função de controle, supervisão e fiscalização, atentou-se ao cumprimento das normas federais.

O ensino primário e secundário passou por muitas mudanças por meio de decretos e leis que reformulavam sua composição desde os objetivos, estrutura e conteúdo, a fim de uma reorganização educacional, na qual, a escolarização era dividida em fundamental, que atendia as crianças de 7 a 12 anos e supletiva, atendendo aos adolescentes e adultos maiores de 13 anos. Acerca do ensino secundário, algumas reformas entre os anos de 1931 e 1942, contribuíram para que os objetivos deste ensino estivessem voltados para a formação geral e a preparação para o ensino superior, com finalidades diferentes. Logo em seguida, entre os anos de 1946 e 1964, o país sofre algumas transformações devido ao sistema democrático, que contribui inicialmente para a implantação de eleições diretas e para o avanço no que diz respeito aos movimentos populares, nesse período a democracia ainda é limitada, pois os analfabetos não podiam votar, há também um forte obstáculo nesse processo, a desigualdade no que se refere a distribuição de recursos econômicos e de propriedade de terras, restringindo também a oferta de uma educação de qualidade.

Com uma população pobre e analfabeta, a educação passa a ser um mecanismo de combate a tal situação, os movimentos populares reforçam a necessidade de mudanças no campo educacional, daí as leis para tal propósito, um avanço na educação parte inicialmente por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com o ensino-profissional com equivalência com o secundário, também há discursões acerca do acesso à escola pública e sua gratuidade, difundidas pelos movimentos populares, que reforçam a necessidade de métodos educacionais para a alfabetização dos adultos. Neste sentido, podemos destacar que o método implantando para diminuir o índice de adultos analfabetos, foi o método de Paulo Freire, que tinha como foco ao ensino a partir da realidade local, como destaca Piletti (1997), “A discussão das situações sugeridas pelas palavras geradoras permitia que o indivíduo se conscientizasse da realidade, o que tornava mais significativo e eficiente o processo de alfabetização”. (p.195)

As realidades e experiências dos sujeitos eram fios condutores para o ensino das palavras, que representavam o caminho para a alfabetização dos adultos, já que ao tratar de algo que estava presente em seu cotidiano, a afinidade facilitaria a compreensão e a apropriação das palavras. Tal método, repercutiu bastante, não só no Brasil, como internacionalmente, pois além

de conduzir o processo de alfabetização dos adultos, também conscientizava os indivíduos para a sua participação social, transformando a sua própria condição social.

Nesse período, outras propostas e mudanças no campo educação, colaboraram para diminuir as desigualdades, no que diz respeito ao acesso à educação, a Constituição de 1934, em termos legais, decretava a obrigatoriedade do ensino público e gratuito do ensino primário, passando por alterações com a Nova constituição de 1946, que ao estabelecer o regime democrático no país, também propôs algumas mudanças na educação. Algumas companhias começaram a difundir as necessidades educacionais, como a ampliação e melhoria do atendimento escolar, desde a expansão do número de vagas, que representam obstáculos para uma educação como direito de todos. Piletti (1997) destaca algumas das principais campanhas organizadas nesse período, acerca do analfabetismo, a campanha de Erradicação do Analfabetismo e a de Educação de Adultos, no que se refere a educação especial, a Campanha de Reabilitação dos deficientes Visuais e a de Educação do Surdo, também foi sugerido a partir das campanhas, a Campanha de aperfeiçoamento e difusão do Ensino Secundário, a de aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial, a de Merenda escolar e a de Material de Ensino, campanhas com vista a melhoria da educação pública.

Os movimentos populares pela educação foi um avanço entre os anos de 1946 e 1964, a participação popular organizada já propôs a ampliação e a melhoria do atendimento escolar da educação popular. O Brasil, a partir de 1964, passava a ser comandada sob um regime autoritarismo, todos os setores, bem como a educação sofreu com as reformas que começam a ser impostas de cima para baixo, para conter os movimentos populares, a polícia invadindo espaços escolares e prendendo estudantes e professores. Não só na área da educação, bem como nos demais setores da sociedade, o período em que o Brasil esteve sob o comando dos militares, uma ditadura, que representou historicamente a opressão e em termos econômicos, a desigualdade aumentou bastante, pois as riquezas se concentraram na mão de poucos, deixando a margem de todos os bens socioeconômicos, a grande maioria da população brasileira.

Na educação, as coisas não foram diferentes, muitas reformas educacionais, não buscou atender as necessidades estudantis, muitas reformas sofreram interferência norte-americana, foram acordos entre o MEC e o Usaid (United States Agency for International Development), como destaca Jélvez (2011), “A partir dos produtos desses acordos de cooperação foi elaborado um conjunto de leis, objetivando estabelecer o caráter legal dessas mudanças e transformações, conhecido mais tarde como “estrutura e funcionamento do ensino”.” (p.134)

Também foi instituído o vestibular, que limitou o número de estudantes, ingressando no ensino superior, ao multiplicar o número de vagas em universidades particulares, também

aumentava a quantidade de escolas superiores privadas, em relação ao 2º grau profissional, tal ensino se tornou obrigatório, transferindo os interesses da população para um ensino profissional ao invés de superior. Para suprir a escolarização da população jovem e adulta, foi criado o supletivo, mecanismo para atender aos estudantes que não concluíram os estudos em tempo hábil. Um processo, que colaborou para que o setor privado tivesse mais lucros, uma vez que, o oferecimento do ensino era privado, com o apoio do governo no que se refere a aplicação de exames finais e expedição de diplomas. O Mobral, foi um projeto do governo, voltado para a alfabetização de jovens e de adultos, mas que, no entanto, não atendeu aos reais propósitos.

A educação durante o período do regime da ditadura, não avançou em seu processo, apresentou mudanças e transformações bem profundas, mas sempre com ideais contrários aos interesses das classes populares. Foram momentos de opressão e de incentivo ao ensino privado, com fins lucrativos para a manutenção das classes privilegiadas, os resultados desse período em relação a educação, como descreve Piletti (1997), foi de que 25,94% da população jovem e adulta continuavam analfabetas, 7 milhões de crianças de sete aos quatorze anos estavam fora da escola, na 1ª série, quase metade dos alunos eram reprovados e em relação ao ingresso e permanência, dos alunos que iniciam os estudos, 85%, não chegam ao 2º grau. Indicadores de que as reformas educacionais não contribuíam para o acesso e a permanência dos estudantes, bem como para uma alfabetização efetiva do alunado.

Após o período da Ditadura Militar no Brasil, com a elaboração da Constituição de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, reformulada em 1996, com alguns pontos incorporados que foram relevantes para melhoria da educação, desde o que se refere a valorização dos profissionais de educação, o ensino fundamental gratuito e obrigatório até o Ensino Médio, distribuição de recursos públicos, oferta de ensino noturno regular e inclusão de atendimento as crianças de zero a seis anos em creches e pré-escola. Podemos destacar que o ensino público, em seu contexto histórico foi afetado diretamente ou indiretamente, pelas mudanças políticas, sociais e econômicas que o país passou.

Algumas mudanças em todos os setores passam a ocorrer depois do fim do regime militar, com as eleições para presidente, na qual, Ulysses Guimarães foi eleito, o Brasil passa a ser um Estado Democrático de direito, devido a Constituição de 1988, denominada, Constituição da República Federativa do Brasil, que para muitos especialistas e analistas internacionais, tal documento é bastante completo, uma vez que contempla avanços em áreas sociais e política e a Carta Magna, documento que trata acerca de outras dimensões. Com as eleições diretas para presidente, Fernando Collor de Melo, presidente eleito, sofre um impeachment, momento em que há algumas intervenções na gestão. Como destaca Jélvez

(2011), “com a troca de moeda e de governos aprofundaram o projeto de políticas neoliberais em todas as esferas do poder público.” (p. 147).

Nesta perspectiva, podemos salientar que a partir dos ideais do neoliberalismo, que é de livre comércio, algumas intervenções sociais e econômicas passam a serem implantadas para modernizar e equilibrar a economia do país. As medidas são utilizadas nesse sentido, com a abertura comercial e financeira, a privatização de empresas, a terceirização, os ajustes fiscais e limitações de gastos, dentre outras, para controlar a inflação, mas que de fato só garante a estabilidade financeira, pois o neoliberalismo não conseguiu resolver os graves problemas sociais do país. O Brasil continuou grande parcela da população vivendo na miséria e a margem da sociedade, as desigualdades econômicas e sociais aumentaram mais ainda, pois com os investimentos menores para as políticas assistencialistas, as quais atenderiam, principalmente, a população menos favorecida.

No que diz respeito a educação, o sistema neoliberal, com ideais de livre comércio, a partir da privatização do ensino e com o aumento de instituições privadas ofertando a educação, os investimentos no ensino público ficaram menores. Para atender ao mercado, a educação passou a ser própria para o trabalho, um ensino profissionalizante sem instrução crítica, haja vista que os sujeitos precisavam apenas de conhecimentos para atender as necessidades de executar suas funções trabalhistas. Outros pensamentos neoliberais interferiram no processo de ensino-aprendizagem, pois deveria haver mais aprovações dos alunos, a qualidade do ensino acabava sendo alterada com um baixo índice de aprendizagem efetiva. Segundo Gentili (1996) “Na ofensiva antidemocrática e excludente promovida pelo ambicioso programa de reformas estruturais impulsionado pelo neoliberalismo, as instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais. (p.08)

Assim, podemos destacar que os governantes do Brasil a partir dos pensamentos neoliberais, organizaram um ensino, de acordo aos interesses mercantilistas a manutenção de um sistema privado, bem como devido aos fatores externos sociocultural, sociopolítico e socioeconômico que os outros países determinam, os projetos e programas educacionais são pensados sob uma ótica internacional, sem observar os aspectos internos do Brasil e suas especificidades regionais. São mudanças em aspectos gerais, estruturais e conceituais que afetam todos os setores, assim como, a educação, com mecanismos de estabilizar uma economia que não está ligada a população como um todo, mas sim um pequeno grupo de grandes empresas que dominam toda a economia, para os demais, tal processo é uma ferramenta de exclusão em todos os aspectos. A própria educação, não é uma possibilidade de transformação dos sujeitos em sua totalidade, apresenta em seu contexto, como destaca Jélvez (2011), interesses de

ingresso na esfera do mercado e dos serviços, uma vez que não é mais vista no espaço público, como um direito a ser garantido a todos os indivíduos, essa abordagem reprodutora dos ideais neoliberais, acaba propondo um ensino de má qualidade e com uma funcionalidade já estabelecida pelo sistema empresarial e de produção, sem promover o avanço na educação, com vista a formação intelectual.

A educação brasileira, em seu contexto histórico apresenta mudanças representativas na vida dos sujeitos, em momentos ela tende a ser obrigatória, mas com ideais contrários a sua função social. É pertinente, destacar que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996, a educação em todo o país, passa a garantir sob diversos aspectos, algumas melhorias que se vincula ao mundo do trabalho e a prática social. Com a LDB, a educação em suas diferentes modalidades, apresenta mudanças com princípios e fins para organizar todo o processo educativo, que atende desde dos recursos financeiros até aos profissionais da educação. A Lei foi um avanço na democratização da educação, a perspectiva de uma educação para o exercício da cidadania reestrutura toda a educação básica atendendo as necessidades de aprendizagem, com vista ao currículo, conteúdos, avaliação dentre outros, para propor um ensino gratuito e com acesso garantido a todos.

É evidente que mesmo após a LDB de 1996, outras propostas legais vêm surgindo até os dias atuais, a implantação mais recente é a Base Nacional Comum Curricular que tem propostos algumas mudanças na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No entanto, é relevante salientar que mesmo havendo tantas leis e propostas para a educação, em todos os seus setores, o que percebemos é que ainda precisamos que ajustem alguns pontos que ainda estão “soltos”, para que assim possamos, oferecer um atendimento de qualidade do ensino, pois, a educação básica que ofertamos pelo poder público, apresenta em seu contexto, entraves na garantia de um ensino adequado, bem como, que assegure o direito a todos de acesso e de permanência.

Nesta perspectiva, algumas pesquisa acerca da educação vem sendo propostas nas escolas públicas brasileira, apresentando em seus resultados, dados alarmantes, no que diz respeito a alfabetização dos alunos, partir dos índices dessas pesquisa, como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) é possível detectar que no ano de 2018, a população brasileira apresentam uma quantidade não favorável de sujeitos analfabetos, os dados elencados destaca que de cada 10 pessoas, 3 são analfabetas, demonstram que muitas escolas públicas no Brasil têm um ensino ofertado, com falhas, no que se refere a formação leitora dos alunos, pois o analfabetismo é indício de que há lacunas nas propostas educativas, pois não atendem em sua totalidade, as necessidades de

aprendizagens, outros entraves também impossibilitam que o ensino da leitura e da escrita, seja garantido com qualidade e eficácia.

Neste sentido, percebemos que desde o período colonial até os dias atuais, a educação tem enfrentado diferentes transições, com mudanças representativas, mas com interesses diferentes a cada gestão governamental. É preocupante, observamos que a educação brasileira ainda se encontra em atraso em relação a tantos outros países, mesmo com muitos avanços a partir de leis e propostas, nossos alunos ainda saem das instituições públicas com um baixo índice de aprendizagem básica, grande parcela das escolas, representam “fábricas” de analfabetos funcionais e de exclusão, aumentando as desigualdades e disparidades socioeconômicas no país.

Enfim, a educação brasileira em seu contexto, necessita de políticas públicas educacionais efetivas e que garantam em sua totalidade o fornecimento e subsidio de ações, de recursos, de infraestrutura e de valorização dos profissionais dentre outras, para que de fato haja mudanças na promoção ao acesso e a permanência dos alunos e que ao final dos estudos, eles tenham competências e habilidades para atuarem em todos os setores sociais, vivendo com dignidade e exercendo sua cidadania, bem como gozando de seus direitos.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: Por uma educação de qualidade

Como foi descrito anteriormente, a educação brasileira em seu contexto histórico apresenta muitos entraves para garantir sua funcionalidade, que é o ensino e a aprendizagem. Não há como negar, que muitas mudanças ocorreram para atender a tal propósito, mas que, nem sempre os resultados foram favoráveis e eficazes as demandas que a educação e a sociedade almejam. Vivemos durante nossa história, momentos diversos, em alguns períodos a educação serviu para atender aos interesses daqueles, que a utilizou para a dominação, a opressão, a repreensão e muitas outras formas de assegurar que o conhecimento não fosse igual para todos, pois o poder é instrumento de manipulação dos sujeitos que estão à margem do saber, vivendo em estado de desigualdade intelectual, cultural, social e econômica. Decorrente, desse contexto, a educação precisava mudar, alguns movimentos populares lutaram para transformar a realidade educacional do país, de modo que passasse a atender de fato aos interesses e necessidades de todos os sujeitos.

Assim, programas, leis, decretos e tantos outros documentos foram sendo propostos para solucionar os problemas que afetavam e afetam a melhoria da qualidade da educação brasileira. São entraves que aumentam o risco de os sujeitos evadirem das escolas, pois as desigualdades

de aprendizagens interferem no processo educativo. Algumas pesquisas foram implantadas a fim de coletar dados, indicadores de como a educação vem sendo desenvolvidas nas escolas, para melhor entendimento, buscaremos relatar acerca de algumas ações propostas para a elaboração das políticas públicas.

Para averiguar as competências e habilidades escolares desenvolvidas nos alunos, já foram implantadas as avaliações externas, tal processo se dá, pela elaboração e aplicação em todas as escolas públicas do país. A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é uma avaliação para os alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental I, para detectar os níveis de conhecimentos básicos da alfabetização e percepção do aprendizado do alunado até tal período, proposta do Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação (MEC), como órgão que possui a missão de subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. A partir dos dados obtidos, pelas avaliações externas, como por exemplo a ANA, o Inep, subsidia política educacional que propõe alguns programas e ações, para que o cumprimento da proposta da alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos matriculados, seja alcançado até o 3º ano.

Segundo os documentos oficiais da ANA (2013),

A atenção voltada ao Ciclo de Alfabetização deve-se à concepção de que esse período é considerado necessário para que seja assegurado a cada criança o direito às aprendizagens básicas da apropriação da leitura e da escrita, e também à consolidação de saberes essenciais dessa apropriação, ao desenvolvimento das diversas expressões e ao aprendizado de outros saberes fundamentais das áreas e componentes curriculares obrigatórios. (BRASIL, 2013, p.07).

Como podemos perceber, a ANA está destinada a observação e averiguação dos níveis de alfabetização do ciclo que atende aos alunos do 3º ano, período este que compreende as aprendizagens das competências e habilidades básicas que envolvem a leitura e a escrita da língua portuguesa, a alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática. Os resultados fornecidos pela ANA são indicadores pertinentes para elaboração das ações que deverão ser desenvolvidas nas escolas para promover a equidade nos saberes, pois assim poderia reduzir as desigualdades, no que diz respeito aos conhecimentos escolares entre os sujeitos. A avaliação é uma das ações proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como meta a redução do analfabetismo, meta do Pacto Nacional pela alfabetização na Idade Certa (Pnaic), instituído pela portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, um compromisso formal que busca assegurar a todas as crianças a aprendizagem da leitura e da escrita, até o

término do Ciclo que compreende a alfabetização. Tal compromisso, foi assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. além da ANA, também temos a Prova Brasil, O Enem, O Ideb, dentre outros instrumentos que servem como indicadores de como o processo educativo vem sendo conduzido no país.

Acerca também do Pnaic, podemos citar a política de ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, a política foi formulada considerando a universalização do acesso a tal etapa, pois no contexto histórico da educação brasileira, em especial, a partir de 1961, o ensino obrigatório que era previsto pela Lei nº 4.024/1961, somente estabelecia quatro anos de escolaridade obrigatória, após essa etapa, os governantes não tinham responsabilidades para com os estudantes. Diante dessa situação, foi elaborado o Acordo de Punta Del Este e Santiago, em 1970, que ficou estabelecido para seis anos o tempo do ensino obrigatório, no ano seguinte, com a Lei nº 5.692/1971 a extensão da obrigatoriedade para oito anos foi determinada, a partir da nova lei, as crianças de sete anos tivessem acesso e ingresso nas escolas públicas de todo o país.

A ampliação do ensino fundamental, já começou a ser sinalizada pela Lei nº 11.274, na qual, destacou que o ensino fundamental fosse de nove anos, buscando atender a necessidade de inclusão das crianças de seis anos de idade nas escolas. Elaborada e proposta a partir da meta da educação nacional com Lei nº 10.172/2001, aprovando o Plano Nacional de Educação (PNE). No entanto, a ampliação só veio a ser instituída com a Lei nº 11.274/2006 em fevereiro de 2006, prevendo assim, que o ensino fundamental fosse de nove anos de duração e com a inclusão das crianças de seis anos de idade. Segundo a lei, com a ampliação,

[...] ocorrerá a inclusão de um número maior de crianças no sistema educacional brasileiro, especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram, majoritariamente, incorporadas ao sistema de ensino – na pré-escola ou na primeira série do ensino fundamental. (BRASIL, 2007, p. 05).

Como foi destacado, as possibilidades de minimizar as disparidades de aprendizagens entre as crianças oriundas de classes populares e de classes socialmente mais favorecida, com o ingresso mais cedo, as oportunidades de apropriação de conhecimentos e de aprendizagens mais efetivas se tornam maiores, do que após os sete anos. A ampliação do ensino assegura, em sua proposta, que o tempo de convívio escolar seja maior, com mais oportunidades de aprendizagens, não se trata de apenas aumentar o tempo que a criança vai permanecer na escola, mas sim, que o tempo seja empregado com eficácia para contribuir na construção de

conhecimentos, na qual os alunos tenham mais oportunidades de aprender e que essa aprendizagem seja significativa e de maneira prazerosa.

A escola a partir do ensino fundamental de nove anos, precisou de uma nova organização em sua funcionalidade, desde a infraestrutura, da captação de recursos, da formação dos profissionais de educação, bem como das propostas educativas e planejamento, dentre outras. Com o ingresso dessas crianças, a educação passa a ter outras responsabilidades, o ensino ofertado agora no 1º ano do Ensino Fundamental I, que envolve o período inicial da alfabetização precisava de propostas educativas, que atentasse para a faixa etária prevista em lei, pois são crianças que precisam ser adaptadas as normas institucionais referentes à série/ano do ciclo escolar.

O ingresso das crianças de seis anos levantou muitas preocupações, alguns estudiosos da área de educação vêm discutindo acerca de que a organização do trabalho pedagógico em turmas de primeiro ano precisa ser diferenciada das demais série/ano, pois é nesse momento, que muitas crianças estarão tendo o primeiro contato com a escola. Uma grande parcela das crianças oriundas de classes populares, não chegam a ingressar no período escolar adequado, em sua maioria, a oportunidade de ser matriculadas só surge aos seis anos de idade ou mais tarde. O ingresso tardio é considerado como um dos obstáculos, mais perversos no que diz respeito ao desenvolvimento e aprendizagem infantil, algumas implicações no processo de ensino-aprendizagem que compreende a concepção de conteúdos escolares precisam que sejam revistas, pois podem atrapalhar o processo de alfabetização, uma vez que é no 1º ano do ensino fundamental I, que iniciamos o trabalho educativo para a alfabetização dos alunos.

A alfabetização dessas crianças que ainda não tiveram contato com a escola, vem sendo um dos maiores obstáculos, para o desenvolvimento e aprendizagem nesse período, alguns conhecimentos prévios com a escrita e seus veículos são fundamentais para a apropriação da linguagem, leitura e escrita da língua portuguesa, o ensino envolve o saber já adquirido, com os novos saberes. A falta ou ausência de alguns conhecimentos, vem dificultando o avanço das crianças no processo de alfabetização, enquanto que, algumas crianças que ingressaram na educação infantil chegam ao ensino fundamental I com saberes já construídos, aquelas que só chegam aos seis anos, a construção é mais lenta, como destaca Rapoport (2009), “Infelizmente, muitas crianças brasileiras chegam ao ensino fundamental sem a possibilidade de interagir com certos objetos de conhecimento. Elas provêm de comunidades com carência de acesso a bens culturais, de pais que não sabem ler se escrever, etc.” (p.11).

Como salientou a autora, a interação logo nos primeiros anos de vida de uma criança, com os instrumentos de conhecimentos que circulam no meio social, que fazem parte do dia a

dia de uma pequena parcela da população brasileira, como livros, revistas, jornais, veículos digitais e outros, são mecanismos com oportunidade favorável a aprendizagem, tal contato colabora para a apropriação de saberes, sem que aja diretamente a mediação. Outro fator positivo para a alfabetização de criança é o convívio com pessoas alfabetizadas, a escolarização dos familiares auxilia no processo de ensino-aprendizagem, pois os adultos que estão próximos as crianças no processo educativos têm participação fundamental para a mediação entre os saberes propostos nas atividades sugeridas pela escola. Quando a família não tem pessoas escolarizadas, as dificuldades destes em orientar as crianças nas atividades extraclasse, tende a deixar mais tardia a apropriação do sistema de escrita. O ato educativo, não corresponde somente ao período em que a criança passa na escola, ele se estende também ao período que está com familiares e amigos, devido a tal, é que todos a sua volta precisam ter também uma compreensão de alguns saberes escolares, os adultos alfabetizados e com uma escolaridade mais avançada, percebem a necessidade de acompanhar as crianças no processo de apropriação da leitura e da escrita.

Também para a alfabetização inicial, a educação formal que está prevista em lei, nem sempre é garantia de cumprimento, há diversos obstáculos que impedem tal processo, o acesso e a permanência dos alunos é um problemas que grande parte das escolas do país enfrenta, pois mesmo com a lei de ampliação do ensino, a desistência ainda representa um dos indicadores de que o ensino não está adequado. A permanência está ligada diretamente a apropriação de diferentes conhecimentos, que nem sempre são colocados em prática nas salas de aula, na escola é a partir da mediação do professor que os alunos passam por situações que lhes permitem vivenciarem momentos de aprendizagens, pois como Barbato (2008) destaca,

A escola é também um contexto específico de aprendizados direcionados para modos acadêmicos de pensar e de resolver os problemas, ou seja, a escola propõe construir situações em que a criança é levada a generalizar (transferir um conhecimento ou um rol de conhecimentos para outros aprendizados ou para uso em outras situações, por exemplo) e abstrair (analisar e sintetizar o conhecimento, ou seja, por dividi-lo e transformá-lo). (BARBATO, 2008, p. 32).

Como o autor salientou, a escola é espaço de aprendizagens, ao oportunizar os alunos o contato com os diferentes meios de apropriação de conhecimentos, podemos garantir a aprendizagem efetiva e necessária a formação intelectual dos estudantes, além de lhes permitirem atuarem na própria construção de saberes para agir perante as situações enfrentadas no cotidiano social. É partindo de necessidades com as que já foram elencadas anteriormente, que as políticas públicas educacionais deveriam ser elaboradas, pois com a ampliação do

ensino, outras ações e programas precisam ser colocados em prática, uma vez que, alguns entraves passam a surgir com as novas demandas de acesso, de permanência e de apropriação do conhecimento, impedindo o avanço e o sucesso escolar. Para atender a tais demandas, outras propostas para a formação docente são essenciais na garantia do sucesso, a implantação dessas políticas públicas educacionais, já previstas em leis e para atender as escolas públicas.

A globalização e o avanço tecnológico, trouxe mudanças comportamentais e de interesses aos sujeitos, afetando o trabalho docente, que diante do novo cenário a apropriação significativa dos conteúdos escolares, precisava de uma reorganização de como ensinar, aprender e construir conhecimentos. Neste sentido, precisamos repensar quem são os sujeitos que estão chegando as escolas e que são os profissionais que vão atender as necessidades de aprendizagens desses novos sujeitos, as políticas públicas de formação docente abre um leque de possibilidades, pois com programas e ações voltada para o trabalho docente, com vista a nova visão de quem são os alunos do mundo global e, que estejam atentas também para as novas necessidades de ensino-aprendizagem, pode contribuir para melhoria da qualidade da educação pública.

Pensando sobre tal situação, Feldmann (2009) destaca que,

A sociedade contemporânea, denominada por alguns como sociedade da informação e por outros como sociedade do conhecimento, se apresenta tendo como uma de suas características a acelerada transformação pela qual passa o mundo, provocada pelos avanços tecnológicos, que incidem na constituição de uma nova cultura do trabalho, afetando diretamente o universo escolar. Diante dessa situação, o professor, como também outros profissionais da escola, vê-se impedido a rever sua atuação, suas responsabilidades e seus processos de formação e de ação. (FRELDMANN, 2009, p.75)

Como salientou Feldmann, com todas as mudanças que a sociedade vivencia, a escola precisa se organizar, os profissionais que são atores nesse processo precisam de suporte para desempenharem suas funções. Partindo dessa questão, vem a necessidade urgente de ações concretas em relação a formação dos profissionais da educação. O trabalho educativo do professor precisa de orientação organizada, são muitas mudanças, que mexem com a estrutura, o comportamento, a cultura dentre outras, mudanças representativas que impedem os alunos de avançarem nos estudos. Com programas de formação docente, os professores podem se manterem atualizados acerca das novas demandas que a sociedade impõe, reorganizando e repensando sua prática para alcançar os objetivos da educação, formar cidadãos críticos e conscientes em uma sociedade excludente e desigual, acaba sendo uma tarefa complexa, pois a escola que tem o papel de colaborar na formação dos sujeitos, em certas situações também torna-se um veículo social de exclusão. Quando não contribuir para que os sujeitos construam

seus conhecimentos e os aprimorem, a desistência e a evasão viram obstáculos para o sucesso escolar.

Neste sentido, é que percebemos o quanto que os professores precisam estar em constante aprendizado, são eles os formadores de opinião, no exercício de sua profissão, os saberes adquiridos e transmitidos pelas mediações no ensino-aprendizagem, fazem da escola, os espaços de interações com o conhecimento. Para conquistar a permanência dos alunos nas escolas públicas, o professor precisa estar preparado para lidar com a diversidade de interesses e desejos, o mundo global mexeu com as perspectivas dos sujeitos, o consumismo liderado pelos ideais neoliberais invadiu todos os espaços sociais, a escola foi afetada e precisa agir diante dessa nova situação. Pensando nisso, formar profissionais com competências e habilidades para uma atuação significativa no contexto da educação atual, precisa ser pensada a partir de políticas públicas efetivas e constantes.

Pois, como salienta Lima (2008),

A tarefa de educar na contemporaneidade implica conseguir pensar e agir: local e globalmente. Para tanto, é necessária a interação coletiva dos educadores, sendo oportuno fortalecer a pesquisa científica por parte dos educadores de sala de aula, uma vez que a produção teórica só tem sentido se for feita sobre a prática, com vistas a transformá-la.

Portanto, para que haja condições efetivas de construir uma escola transformadora, numa sociedade transformada, é necessária a predisposição dos educadores também pela transformação de sua ação coletiva. (LIMA, 2008, p. 34-35)

Partindo desse pensamento, o que nos preocupa também, é o interesse que os educadores precisam ter para transformar e repensar suas práticas, pois possibilitar a implantação de uma política de formação docente, requer também dos profissionais o desejo em participar. Acerca disso, a elaboração e implantação de programas de formação docente, precisa de uma atenção especial para que conquistem a participação efetiva dos docentes. Estamos em um dado momento, em que os alunos desistem dos estudos, por muitas vezes, utilizarmos práticas distantes das perspectivas do alunado, a escola nem sempre é eficaz no que propõe a fazer. Os professores, também são alunos quando participam de capacitações ou cursos de formação docente, quando o programa não desperta o interesse dos educadores, a uma evasão, que compromete a continuidade do mesmo.

Kramer (2010), salienta que,

Há que se ter em vista que a formação do professor que está em serviço é feita na escola e a ela devem estar voltadas as demais instâncias, a fim de que se fortaleçam os professores em termos teórico-práticos, possibilitando-lhes uma reflexão constante sobre a atuação e os problemas enfrentados, e uma

instrumentalização naqueles conhecimentos imprescindíveis ao redimensionamento da sua prática. (KRAMER, 2010, p. 81)

Assim, em tempos modernos, nos quais os interesses são diversos, pensar uma política pública educacional para a formação dos profissionais é pertinente que seja, uma proposta que atente as demandas da realidade local e global. Os programas podem ser ferramentas para subsidiar o trabalho docente, que vem enfrentando tantos obstáculos, pois grande parcela das escolas brasileiras, ainda não conseguem alfabetizar no período certo todas as crianças que ingressam, muitos alunos evadem por não conseguirem avançar nos estudos, outros permanecem muitos anos na mesma série/ano por não adquirirem os conhecimentos básicos, com a repetência sendo um problema existencial e complexa, dentre outros.

Enfim, diante do contexto educacional que o Brasil enfrenta, propor políticas públicas que atente para a formação docente e para as demandas escolares, podem ser uma possibilidade de reorganizar a educação brasileira, que tanto enfrenta obstáculos para avançar e conquistar de fato melhorias na qualidade educacional. A sociedade precisa cobrar dos governantes, ações mais concretas, a educação não pode ficar em segundo plano, precisamos garantir a todos o direito à educação, mas uma educação de qualidade e que possibilitem aos sujeitos uma aprendizagem significativa, para que possam atuar na sociedade, sem que sejam excluídos ou marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira, desde os tempos primórdios vem enfrentando muitos obstáculos para garantir um ensino de qualidade e que atente as necessidades sociais. Houve muitos avanços a partir das Constituições Federais, das Leis de diretrizes e Bases e de outros documentos legais que foram propostos a fim de organizar a educação do país. Com outras perspectivas, a escola abriu novas possibilidades para a conquista de outros direitos, o acesso e permanência são condições que interfere na aprendizagem das crianças.

Mesmo na atualidade, já temos diversos documentos legais para garantir o direito à educação, o processo educativo continua apresentando falhas, no que diz respeito, ao aprendizado por parte das crianças oriundas de classes menos favorecidas. O ensino público é falho, grande parte das crianças que ingressam nas escolas públicas brasileiras, tem o acesso garantido, mas não a sua permanência. Utilizamos práticas educativas distantes dos interesses dos nossos alunos, não damos condições de trabalho para nossos professores, conduzimos uma

educação sem um norte a seguir. Os processos de aprendizagem que se inicia na Educação Infantil e vai até a formação superior, apresenta entraves, que impedem crianças, jovens e adultos de avançarem em seus estudos.

As pesquisas trazem dados acerca do ensino-aprendizagem que nossas escolas realizam, a taxa de analfabetismo demonstra que o trabalho docente precisa ser revisto, a escola também precisa ser atrativa, pois a evasão e a desistência são problemas existenciais nos espaços educativos. Mesmo que algumas políticas públicas tenham sido implantadas, a educação ainda tem sofrido bastante para conquistar melhorias na sua qualidade. A descontinuidade de algumas das políticas educacionais, a implantação de políticas que não atentam para a realidade local e global, a falta de fiscalização no emprego dos recursos financeiros e nas políticas implantadas, dentre outras, são falhas no processo que impedem algumas melhorias.

Já é perceptível que a escola tem problemas para cumprir seu papel na formação dos sujeitos, os problemas e obstáculos em sua grande maioria, já foram detectados, mesmos assim, as transformações são poucas e o processo de reorganização da educação é lento. Precisamos de soluções efetivas, precisamos investir em ações concretas, a educação precisa atentar para as novas demandas sociais e para os alunos que ingressam nas instituições, o processo educativo precisa oportunizar melhorias nas vidas dos sujeitos, mas para tal, ela precisa melhorar em sua qualidade no que diz respeito ao ensino-aprendizado.

Contudo, a educação brasileira em seu contexto, já sofreu algumas mudanças representativas, que colaboraram para garantia do acesso gratuito, a partir de documentos legais, mas, é relevante salientar que ainda é preciso algumas ações voltados para a permanência e a aprendizagem efetiva de todas as crianças, jovens e adultos inseridos no processos educativo. Assim, a elaboração e implantação de políticas públicas da educação efetivas, será possível que haja uma contribuição significativa para a melhoria da qualidade educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa de formação de Professores Alfabetizadores**. Coletânea de Textos. Brasília, Módulo 2, 2001.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FELDMANN, Marina Graziela. **Formação de professores e escola na contemporaneidade. POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: Formação de professores e cotidiano escolar.** - São Paulo: editora Senac. 2009.

FERRARI, Mácio. **John Dewey, o pensador que pôs a prática em foco.** Nova Escola, 1 de outubro, 2008. Acesso em 20 de janeiro de 2019 disponível em <https://novaescola.org.br/conteudo/1711/john-dewey-o-pensador-que-pos-a-pratica-em-foco>

GENTILI, P. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49. Acesso em 21 de fevereiro de 2019 Disponível em: <http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/4002523.pdf>

INAF, Indicador de analfabetismo funcional. **INAF Brasil 2018. Resultados preliminares.** Pesquisa gera conhecimento. O conhecimento transforma. Acesso em 10 de fev. 2019. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf

JÉLVEZ, Júlio Alejandro Quezada. **História da Educação.** Obra coletiva organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Curitiba: Editora IBPEX, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. [et. al]. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Samantha Dias de. **Gestão, planejamento e políticas públicas.** Obra coletiva organizada pela Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Curitiba: Editora IBPEX, 2008.

PILETTI, Claudino. PILETTI, Nelson. **História da educação.** São Paulo. 7ª edição. Editora Ática, 1997.

RAPOPORT, Andrea. (Org.). **A criança de seis anos: no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

SILVA, Carlos Daniel. **EDUCAÇÃO BRASILEIRA: as contradições deste processo histórico da colonização à República.** V Seminário Internacional sobre Profissionalização docente. SIPD. Catedra UNESCO. Acesso em 20 de janeiro de 2019. Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20026_9700.pdf